

APRESENTAÇÃO

Dossiê: “A educação profissional na perspectiva inclusiva: práticas e resistências no contexto atual”

A pouco mais de uma década, a educação profissional no Brasil passou por uma grande reformulação através da promulgação da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desse modo, passaram a compor a Rede Federal de Educação Profissional vinculada ao Ministério da Educação as seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET-RJ e o CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

As instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT são responsáveis por ofertar o ensino profissional em diferentes níveis e modalidades de ensino, articulando pesquisa, ensino e extensão, nas diversas regiões do país. É nesse cenário que a Rede Federal EPT vem promovendo práticas e políticas inclusivas relacionadas à diversidade, no qual, núcleos como: NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas), NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas), Núcleo de Tecnologia Assistiva, entre outros, buscam implementar e articular ações voltadas para uma educação profissional que contemple as especificidades de seus estudantes.

Entretanto, considerando o atual cenário político e social de nosso país, inúmeros percalços têm se apresentado para as instituições públicas de educação profissional, diante da crise de Estado e dos cortes de verbas e recursos que ameaçam os processos de práticas e ações de ensino-aprendizagem para a qualificação para o trabalho e conseqüentemente impactam na garantia do direito de todos a educação (STEFANI et al., 2020).

Ainda dentro dessa conjuntura precisamos ressaltar os retrocessos e ameaças voltadas para as políticas públicas historicamente implementadas e conquistadas na luta dos movimentos sociais direcionadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, afrodescendentes, dos povos indígenas, das pessoas LGBTQI+, entre outros grupos. Nesse sentido, Silva (2020) indica que no cenário político brasileiro vem sendo adotadas medidas que fragilizam direitos alcançados pelas minorias políticas desde a redemocratização e que apontam para o avanço do populismo e do legalismo autocrático no país, provocando preocupação em relação a integridade da democracia no Brasil.

Cabe ainda dentro dessas circunstâncias considerarmos a realidade excludente ressaltada por meio da pandemia do COVID-19, processo que colocou uma lupa nas desigualdades sociais e educacionais e, que recorreu ao ensino remoto como uma estratégia emergencial na tentativa de mitigar as lacunas presentes nos sistemas de ensino, fato que Boaventura Sousa Santos destaca como a “normalidade da exceção”, pois essa realidade desigual já existia e foi apenas acentuada diante dessa nova realidade social (SANTOS, 2020).

Todavia, a Educação Profissional na perspectiva Inclusiva tem demonstrado práticas de resistências no contexto atual. Desse modo, o presente dossiê reuniu estudos, pesquisas e relatos de experiências de pesquisadores, de norte a sul do país, que abordaram a interlocução entre a inclusão e a educação profissional em diferentes instituições. Contribuindo assim para difundir as produções que tratam da equidade no cenário de inclusão e de valorização de ambientes plurais na Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica.

Assim, perante muitas propostas recebidas e com a aprovação de 22 artigos, o presente dossiê reuniu estudos, pesquisas, ações, experiências e reflexões que destacam a pluralidade da perspectiva inclusiva nas instituições públicas do ensino profissional brasileiro, representados pelas seguintes temáticas:

- Políticas voltadas para Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- Práticas docentes na perspectiva da educação inclusiva;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Formação de profissionais especializados;
- Implementação e atuação dos NAPNES;
- Desenvolvimento de serviços de Tecnologia Assistiva- TA;
- Políticas de ações afirmativas na perspectiva étnico-racial;
- Educação de Jovens e Adultos na EPT;

Os artigos apresentados trouxeram inúmeras contribuições para se refletir a perspectiva inclusiva da Educação Profissional, como: práticas, estratégias de ensino e criação de recursos didáticos, serviços ofertados para autonomia de pessoas com deficiência, reflexões sobre formação profissional e trabalho, ações de extensão para formação da comunidade interna e externa às instituições, relatos de experiência sobre formação e atuação docente, adequações de

materiais didáticos e atendimento educacional especializado, discussão de políticas inclusivas institucionais e governamentais.

Desse modo, os estudos apresentados no dossiê demonstraram os desafios e as possibilidades dos movimentos de diversas instituições federais que visam contribuir com a equidade e a inclusão de pessoas que historicamente estiveram à margem desse sistema de ensino e hoje já podem vislumbrar por meio da formação profissional, a esperança de um futuro melhor. Além disso, anuncia a potencialidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica através de sua capilaridade, alcançando diversas regiões brasileiras, com intuito de cumprir sua missão de ofertar um ensino público, gratuito e de qualidade.

Organizadoras do Dossiê

Marta Rejane Proença Filietaz

Rosilene Lima da Silva

Suzete Viana Nascimento

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, abr. 2020.

SILVA, Manuela Pereira Galvão da. Levando as minorias a sério. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 13, n. 1, p. 121-147, jan./jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-310X.2020v13n1ID19805>

STEFAN, Letícia Scheufler; AGUIAR, Janine de; HONÓRIO, Icaro Coriolano. **O papel do gestor público diante da crise gerada pelo corte de verbas na educação no ano de 2019**: estudo de caso do campus Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1450>. Acesso em: 10 dez. 2020.